



WWW.APEFA.ORG

## UM PRIMEIRO ESQUISSO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM PORTUGAL

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação de Adultos, EA, tem sido desenhada a partir da necessidade de cumprir grandes desígnios nacionais que em cada momento, os governos centrais identificam como constituindo a prioridade nacional. Esta perspetiva tem configurado um sistema de EA focalizado no desenvolvimento de ações comprometidas com as prioridades que se vão estabelecendo. Trata-se de um pensamento único, que tem organizado a intervenção dos diferentes atores, que são convocados para participarem no movimento da EA numa lógica de campanha.

Na década de 80, o documento de referência é o Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica para Adultos cujo desenvolvimento se centrou, quase exclusivamente, na organização de cursos de alfabetização e de educação de base. Nesse tempo as estatísticas nacionais espelhavam uma situação educativa preocupante no que concerne aos níveis de analfabetismo que atravessavam a população portuguesa. Um terço dos portugueses não tinha o quarto ano de escolaridade.

Em 1986 a Lei de Bases do Sistema Educativo introduz no seu articulado o Ensino Recorrente e a Educação Extra Escolar como modalidades especiais de EA. No entanto, os efeitos decorrentes desta medida só no dealbar da década de 90 é que encontra tradução. Os principais atores organizacionais que dinamizam este campo passam a ser as escolas e as organizações concelhias de Educação Recorrente (variando a sua designação ao longo do tempo).



WWW.APEFA.ORG

Em 1989 é lançado o primeiro grande programa nacional financiado por fundos comunitários – PRODEP- que contempla um subprograma de EA. Na altura o diagnóstico que sustenta o surgimento deste programa evidenciava que 500 000 jovens tinham abandonado precocemente a escola, sem terem obtido o 6º ano de escolaridade. Deste diagnóstico decorreu um subprograma dirigido fundamentalmente aos jovens que não tinham cumprido a escolaridade de seis anos, tendo-se estruturado em torno de uma lógica de educação remedial, compensatória e de segunda oportunidade.

Cerca de 45000 pessoas foram certificadas com o 1º e 2º ciclos de educação básica nos 5 anos em que esta iniciativa decorreu . Ainda nesta década assistimos à penetração desta modalidade especial de EA no contexto escolar onde se desenvolveram ações de educação e formação organizadas em unidades capitalizáveis equivalentes ao o 3º ciclo e o secundário. Em 2000, e ao longo dos onze anos subsequentes, inicia-se a operacionalização das medidas propugnadas pelo grupo de missão no Documento de Estratégia para o Desenvolvimento da Educação de Adultos.

Deste documento emergem novas modalidades de EFA: Cursos EFA, começando por ser de dupla certificação, dirigidos a desempregados, públicos em situação de exclusão social, nos termos enunciados pelo Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS); centros de RVCC, que desenvolvem uma metodologia de reconhecimento, validação e certificação de competências filiada nos fundamentos do balanço de competências e que atribui valor académico, passível de certificação escolar, aos saberes experienciais. Até 2005 foram criados 80 centros de modo gradual, após uma fase de experimentação; Acções s@ber+, cursos de curta duração organizados para responderem às



[WWW.APEFA.ORG](http://WWW.APEFA.ORG)

necessidades de formação das pessoas objeto de reconhecimento e validação de competências.

As escolas públicas não foram implicadas nesta fase do processo tendo tido um papel residual na configuração das ofertas educativas e formativas que durante este período foram implementadas. A rede foi constituída sobretudo por entidades de direito privado: associações empresariais, de desenvolvimento local, IPSS, empresas, escolas profissionais, entre outras. O IIEFP constituiu-se como a entidade pública que mais participou na configuração da rede.

Neste período de cinco anos cerca de 50 000 portugueses foram certificados.

Na segunda metade desta década, sobretudo a partir de 2006, anuncia-se a expansão do movimento iniciado em 2000, alargando-o às escolas públicas e reforçando a sua capacidade financeira. O financiamento da Iniciativa Novas Oportunidades, INO, é suportado pelo Programa Operacional de Potencial Humano que aloca 6 000 milhões de euros ao serviço do desenvolvimento dos dois eixos que a sustentam: o dos jovens e o dos adultos.

Os CRVCC são reorientados para Centros Novas Oportunidades, CNO, que assumem uma grande centralidade na configuração da rede da Educação e Formação de Adultos, ao afirmarem-se como “porta de entrada” de todos os adultos no sistema.

A rede passa a integrar 460 CNO, penetrando de modo expressivo na esfera de atuação da escola pública.

Assiste-se à expansão da EFA até ao nível secundário cobrindo todos os ciclos de escolaridade do ensino não superior, permitindo neste domínio



WWW.APEFA.ORG

uma intervenção relevante da escola pública no que concerne à organização da oferta de cursos de EFA.

A criação do catálogo nacional de qualificações (CNQ), na qualidade de relatório das Unidades de Formação de Curta Duração que organizam e corporizam o Sistema Nacional de Qualificações, permite uma nova configuração do desenho curricular da educação e formação de adultos enquanto formação estruturada a partir da capitalização de unidades de crédito.

A combinação destes três eixos de desenvolvimento do sistema da EFA permitiu, neste período e pela primeira vez em Portugal, envolver 1 milhão e 300mil portugueses dos quais 400 000 foram certificados com um dos níveis de escolaridade do ensino não superior. Permitiu, ainda, que se tivesse convocado uma parte significativa da população ativa portuguesa, com menos de 12 anos de escolaridade, a integrar este sistema, atingindo esta convocatória 40% do universo da população ativa, com habilitações escolares inferiores ao nível secundário. Este movimento contribuiu para que a EA se descolasse da tendência de se enfeudar às camadas mais jovens da população (juvenilização da EA) e se desfocasse dos grupos socialmente desfavorecidos. A existência de uma escala ampla de intervenção permitiu que o sistema incorporasse no seu espectro um quadro alargado de públicos, representativo de uma diversidade de grupos sociais (ativos empregados e desempregados, beneficiários do RSI, imigrantes, outros grupos em risco de exclusão, outros grupos não inseridos no mercado de trabalho...) que vieram a matizar o campo da EFA. Apesar da mobilização social ter sido centrada quase exclusivamente na certificação escolar e ou profissional podemos salientar que a entrada destes públicos, no sistema, veio permitir observar novas necessidades a atribuir à EFA, pressionando-o com a urgência de encontrar novas configurações que viessem a responder a uma pluralidade

de demandas. Organizamos o campo das procuras individuais e sociais nas seguintes categorias:

- A orientação ao longo da vida onde se incluem as áreas vocacionais, de gestão de percursos pessoais e profissionais numa lógica da gestão de carreira, de acompanhamento e monitorização de percursos individuais de inserção social e profissional;
- Metodologia de projeto, numa lógica da criação de planos de desenvolvimento pessoal e profissional (projetocracia);
- O empreendedorismo e desenho de planos de negócios onde se inclui o apoio à construção de projetos de criação de micro empresas e de auto emprego, procurando atribuir visibilidade social e funcionalidade aos talentos individuais e coletivos que habitam os territórios sociais;
- Criação de redes de apoio à construção de negócios de proximidade: possibilidade de se criarem serviços comuns nas áreas da gestão, do marketing e da difusão e disseminação de produtos, que sustentem uma rede de pequenos negócios;
- Formação escolar e profissional da população adulta duplamente perspetivada: a) enquanto ferramenta ao serviço da conceção de projetos de vida, a formação assume-se como estratégia funcional que suporta a configuração de projetos, numa lógica de desenvolvimento de competências, b) uma formação global para uma cidadania socialmente participada, numa lógica do desenvolvimento do conhecimento fundamental.

ESTE NOVO QUADRO suscita uma abordagem que combina duas lógicas de ação, paradoxalmente antagónicas:

1. Uma primeira lógica orientada para o prosseguimento de algumas das linhas de atuação da INO; celebramos neste campo a mobilização social dos CNO, a componente formativa do sistema (cursos EFA e formações modulares), a metodologia de RVCC orientada numa lógica de

retroprojetividade. O balanço de competências oscila entre a apreciação crítica da história de vida e a sua projetividade enunciada no plano de desenvolvimento pessoal ( PDP).

2.Uma segunda lógica orientada para a provocação de uma descontinuidade mitigada com os procedimentos instituídos, no sentido de apelar à sua dimensão instituinte na construção de dispositivos operativos que respondam à pluralidade das diferentes procuras sociais ancoradas numa metodologia de concepção e desenvolvimento de projetos individuais e coletivos.

NO ALINHAMENTO DESTA PROPOSTA OS CNO seriam reconfigurados, do ponto de vista organizacional e pedagógico enquanto lugares de pessoas com projeto cujo acrónimo LP, suscita duas leituras metafóricas:

A primeira remete para o LP enquanto suporte em vinil, com os lados A e B, onde se registam os conteúdos informacionais da música e das histórias intemporais que estas comportam e que mudam nos tempos da longa duração, *Long Play*. O vinil enquanto suporte de resistência à mudança operada pela ocupação do território por outras e novas tecnologias;

A segunda remete para **o lugar de** gestação de novas ideias e **projetos** que inquietam a ordem estabelecida e que instituem e atribuem novos sentidos à vida individual e coletiva.

Esta reconfiguração exige uma ação organizada em rede, que situe a pessoa no centro da intervenção, o Tempo das Pessoas, pensada a partir de um território físico, com uma escala de 50 000 habitantes, municipal ou supra municipal, habitado por interesses e motivações diferenciados, por uma miríade de organizações que prosseguem diferentes finalidades, por serviços adhocráticos que se constituem como extensões temporárias de



WWW.APEFA.ORG

operacionalização das políticas setoriais (GIP, REDES SOCIAIS, Lugares de Projetos -LP- e outros).

Esta rede constituída com o objeto de promover o desenvolvimento das pessoas que habitam um dado território responderia de um modo orientado e sistematizado às procuras individuais, tentando que estas se alinhem com a construção de projetos e com as diversas possibilidades e oportunidades geradas pelas dinâmicas de desenvolvimento. Tentar-se-ia ainda que a ação individual se constituísse, de modo organizado, numa dinâmica coletiva criadora do desenvolvimento. Situamos esta abordagem numa dupla perspetiva: uma, proativa, de gestação do próprio desenvolvimento induzida pela ação organizada das pessoas e outra, reativa, de resposta às solicitações suscitadas pelas dinâmicas externas do desenvolvimento.

Sugeríamos que a rede se organizasse de um modo constelar, cuja configuração teria uma geometria variável consoante as especificidades de cada um dos projetos. A primeira “estrela” da rede seria constituída por um serviço de acolhimento da população adulta, independentemente dos seus níveis de escolaridade, que trataria os dados informacionais das pessoas, evidenciando com esta recolha o(s) objeto(s) que sustenta(m) as suas procuras. Neste serviço desenhar-se-iam os primeiros fundamentos organizadores do projeto através de uma metodologia inspirada no balanço de competências. Os passos seguintes decorreriam da configuração obtida pelo projeto e das necessidades que este fará emergir no seu processo de desenvolvimento. Nesta fase de trabalho estruturar-se-ia sobretudo o seu plano de desenvolvimento onde se pode inscrever, entre outras possibilidades, a formação enquanto dispositivo de empoderamento das pessoas e da sua certificação escolar e profissional. Este serviço seria o LP, o Lugar das Pessoas com Projeto.



WWW.APEFA.ORG

A equipa técnica de suporte a este dispositivo organizacional seria multidisciplinar e constituída por um núcleo de profissionais das seguintes áreas: economia e gestão de empresas; engenharia e gestão de redes digitais de comunicação; psicologia da orientação; sociologia; serviço social; ciências da educação onde se podem incluir docentes pertencentes a diferentes grupos de recrutamento. Além deste núcleo de competências disciplinares sugerimos que esta equipa integre elementos especializados ou com experiência na animação de redes locais e na direção e gestão de dispositivos organizacionais desta natureza.

A rede local a constituir teria a direção das seguintes entidades: Centros Técnicos de Emprego, na qualidade de representantes do IEFP, associações empresariais e sindicais, a autarquia local e a educação, representada por um serviço público desta área. A configuração deste órgão poderia assumir outro desenho em conformidade com as particularidades de cada uma das redes em cada território. Esta direção teria como incumbência principal a de supervisionar o funcionamento da intervenção e a de criar condições para a exequibilidade da missão dos LP, designadamente no que concerne à definição dos constituintes de cada rede.

Este órgão de direção da rede pode supervisionar mais do que uma rede local, dado que um município poderá comportar mais do que um dispositivo organizacional redial.

A rede seria objeto de duas modalidades avaliativas: a primeira situar-se-ia no campo da autoavaliação, sendo esta orientada para a melhoria das práticas; a segunda seria externalizada numa organização creditada para este efeito e teria como objetivo a avaliação dos impactos individuais e sociais decorrentes do desenvolvimento da missão definida por cada uma das redes.





[WWW.APEFA.ORG](http://WWW.APEFA.ORG)

A regulação nacional e regional seria assegurada por um serviço público que opere nestes domínios.

O financiamento deste dispositivo bem como das acções que este possa compreender será suportado por candidaturas a fundos comunitários. A componente pública nacional, CPN, será financiada pelas receitas que os projetos candidatos possam gerar e pela imputação de diversas despesas de funcionamento e gestão.

Uma parte significativa dos recursos humanos que integrem as equipas da rede pode ser constituída por profissionais envolvidos em EFA, integrados nos quadros das escolas, sendo os salários destes, em parte ou na totalidade, suportados pelo financiamento comunitário.

Sugerimos:

- a) a criação de um grupo de trabalho para o aprofundamento deste documento, cuja constituição envolva profissionais com experiência nos domínios enunciados nesta proposta;
- b) a implementação do projeto, a título experiencial, em cinco concelhos, dois deles com prática de trabalho em rede, Vila Nova de Famalicão e Guimarães, na NUTIII do Ave, e outros três contíguos a estes na NUTIII do Grande Porto, Maia, Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim que, pela proximidade, poderão beneficiar do efeito disseminador e conferir dimensão territorial ao trabalho.

Porto, 17 de Janeiro de 2012

A Direção da APEFA